

LIVROS RECENTES E DEBATES CONTEMPORÂNEOS*

Comentário Crítico pelo Editor

Britain's Europe: A Thousand Years of Conflict and Co-operation

Brendan Simms

Allen Lane, 28 Abril 2016

352 pp.

Brexit: A Segunda Batalha da Grã-Bretanha que a Alemanha Perdeu

O título do romance de Ernest Hemingway, de 1940, *For Whom the Bells Toll*, que conta a história de um americano na guerra civil espanhola, foi retirado da Meditação XVII do poeta inglês John Donne, um pequeno e poderoso texto, originalmente escrito em prosa, mas que se tornou famoso na forma de poema, por causa, em particular, da muito conhecida expressão que inicia o texto: *'No man is an island entire of itself; every man is a piece of the continent, a part of the main'*¹. Na verdade, a meditação era sobre o facto de que a impermanência e a morte constituem o laço comum de todos os seres humanos que não são como uma ilha autónoma, mas parte do destino de um continente humano maior. Nisto, Donne faz uma alusão alegórica à Europa,

1 Publicado, em 1624, no livro de John Donne *Devotions Upon Emergent Occasions, and Several Steps in my Sickness*.

* Ensaios de revisão acerca de livros publicados durante o mesmo semestre, ou no final do semestre anterior da edição de cada número de *Interações*.

dizendo que mesmo os continentes desaparecem pouco a pouco, conforme as águas do grande mar continuamente batem na terra, diminuindo um continente como se fosse um promontório: *'if a clod be washed away by the sea, Europe is the less, as well as if a promontory were'*. E termina com a afirmação de que, como um continente que vai contraindo, pouco a pouco, com o desaparecimento de cada punhado da terra, a morte de cada ser humano diminui o mundo de todos os outros seres humanos. Assim, quando se manda perguntar por quem dobram os sinos que anunciam a morte de alguém, uma pessoa envolvida com o continente humano necessariamente compreende que os sinos, quando dobram por alguém, dobram por quem os ouviu também: *'any man's death diminishes me, because I am involved in mankind. And therefore never send to know for whom the bell tolls; it tolls for thee'*.

Para além deste simbolismo metafísico da oposição entre ilha e continente, na verdade, esta oposição era a nova realidade geopolítica que concretamente emergiu na Europa daquela época. Nascido em 1573, John Donne tinha quinze anos, quando, em Agosto de 1588, a Invencível Armada, a frota militar de 130 navios que Filipe II enviou para invadir a Grã-Bretanha, foi primeiro dividida por um certo ataque da marinha britânica, no Canal da Mancha, e acabou depois despedaçada por diversas tempestades no Mar do Norte. A razão oficial para a guerra de invasão era a interferência de Elizabete I nos Países Baixos Espanhóis, conforme Filipe II pretendia ser o defensor da Europa católica contra a expansão protestante que era representada, para além dos principados alemães, pela Inglaterra anglicana e as insurgências protestantes nos Países Baixos. Na realidade, o que estava em causa era a crise do modelo geopolítico instaurado na Europa, cerca de um século antes, com o casamento, em 1496, entre Joana de Castela e Filipe de Habsburgo, os avós paternos de Filipe II. A princesa era filha dos Reis Católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, e herdou não só a Espanha unificada, com a conquista de Granada, mas também as novas conquistas espanholas no México e Peru. Por sua vez, Filipe de Habsburgo – que veio a ser proclamado rei de Castela, porque a esposa foi considerada incapaz para o governo, por insanidade – era filho de Maximiliano I, imperador do Sacro Império Romano Germânico. Tendo morrido antes do pai, Filipe de Habsburgo nunca foi imperador, mas o título passou para o filho, Carlos V.

A inédita questão geopolítica é que, pela primeira vez, uma mesma dinastia governava na Espanha e no Centro da Europa, mas também nos Países Baixos – que foram a herança que Filipe I herdou de sua mãe, Maria da Borgúndia – bem como em parte do Norte da Itália, com o ducado de Milão, e no Sul da Itália, com o reino

de Nápoles e a Sicília. Além disso, os Habsburgos reinavam também sobre a América espanhola, o que inspirou o refrão de que Carlos V dominava um império mundial onde o sol nunca se punha. Mais tarde, Carlos V viria a abdicar, deixando a Espanha, os Países Baixos e os territórios italianos para o filho Filipe II; e entregando a coroa do Sacro Império ao irmão Fernando que reinou como Fernando I. Esta divisão porém, não fez a Europa regressar, em termos geopolíticos, ao status quo anterior, em particular porque o objetivo de Filipe II era dominar o Atlântico Norte, estabelecendo um continuum atlântico entre a Espanha e os Países Baixos, de modo que a incorporação das Ilhas Britânicas era essencial neste projeto. Por isso, o apoio britânico aos protestantes dos Países Baixos contra Filipe II visava, em última instância, varrer a presença espanhola no Mar do Norte. Mais do que isso, o governo de Elizabete I desenvolveu o seu próprio projeto de expansão marítima, desafiando o poder espanhol nas Américas, incluindo, como é conhecido, o assalto, por meio de mercenários, de navios espanhóis que transportavam o ouro mexicano e a prata peruana.

O objetivo de Filipe II em anexar a Grã-Bretanha ao império espanhol era colocar a Grã-Bretanha, à força, como parte da ordem política continental dominada pela aliança entre os Habsburgos católicos espanhóis e austríacos. Na realidade, esta aliança não era apenas contra os estados protestantes, mas igualmente contra a França, a outra grande potência católica que rivalizava com a Espanha e a Áustria pela supremacia na Europa. Cerca de sessenta anos antes, o rei Francisco I da França caiu mesmo prisioneiro de Carlos V, quando milicianos espanhóis o capturaram na batalha de Pávia, em 24 de 1525, no contexto das guerras pela sucessão do ducado de Milão e do reino de Nápoles. A viragem representada pela derrota da Invencível Armada, em 1588, significou que o objetivo de Elizabete I, a partir de então, era não se envolver na política e conflitos do continente e afirmar a posição britânica, no mundo, como império dos mares. Em diferentes cenários, este projeto definiu a história da Grã-Bretanha, a partir daquela altura. As três vezes, depois do século 16, em que o poder britânico se envolveu seriamente nas guerras continentais na Europa, foi para responder a situações que ameaçavam diretamente a sobrevivência e autonomia britânica.

Este foi o caso, em primeiro lugar, das guerras napoleônicas, uma vez que, com o Bloqueio Continental, o objetivo de Napoleão era estrangular a economia britânica, no quadro do projeto napoleônico de um império da Europa dominado pela França. A seguir, foram as duas guerras mundiais do século 20, conforme a Grã-Bretanha teve, em 1914, que responder à ambição do Kaiser Wilhelm II de, como aconteceu

com Napoleão, dominar a Europa e, simultaneamente, suplantando o poderio naval britânico no mundo. Mais tarde, o propósito de Hitler era anexar a Grã-Bretanha ao império nazista. Neste sentido, o persistente problema, na Europa, desde Filipe II, é a ambição de reunir o império do mundo com o império da Europa, controlados pela mesma potência hegemônica. Em todos os casos, a Grã-Bretanha foi a força que contribuiu decisivamente para impedir o desenvolvimento desse cenário.

Durante a Guerra Fria, porém, foi o poderio dos Estados Unidos que fez parar o avanço soviético na Cortina de Ferro. Mesmo assim, a Grã-Bretanha garantiu uma posição própria no mundo da Guerra Fria, não só porque as forças britânicas eram – e continuam a ser – a principal força militar na Europa e a segunda da Aliança Atlântica, depois dos Estados Unidos, mas também por causa da designada ‘relação especial’ com a América, entre os aliados ocidentais. Nos anos 1960, o General de Gaulle usou a expressão ‘Europa europeia’ para designar a fantasia de resgatar o poder da Europa em relação à influência americana, como um alegado poder intermédio entre os Estados Unidos e a União Soviética e designando-se a si próprio como o líder da Europa. Por ‘Europa europeia’ pretendia-se referir não só a Europa autônoma dos Estados Unidos, mas também que a Grã-Bretanha seria, segundo essa visão, um puro coadjuvante dos interesses atlanticistas americanos. Este vazio discurso gaullista foi, de alguma forma adotado mesmo por setores da esquerda europeia, de modo que o ceticismo anti-britânico continuou mesmo com a adesão da Grã-Bretanha, em 1972, à então Comunidade Europeia, quando muitos consideravam que a Grã-Bretanha decidiu que não tinha alternativa a integrar a Comunidade Europeia, porque estava, alegadamente, quase falida. Repare-se, desta forma, que o euroceticismo, i.e., a desconfiança de setores políticos britânicos em relação à presença da Grã-Bretanha na Europa unificada, na verdade, teve como contrapartida, desde o início, um ceticismo inverso, em relação ao lugar da Grã-Bretanha na Europa.

Esta situação ganhou uma nova forma, nos anos 1980, com o fim da Guerra Fria, o governo Margaret Thatcher, a unificação alemã e a própria fundação da União Europeia com o Tratado de Maastricht, assinado em 7 de Novembro de 1992. Nessa altura, o governo britânico era ocupado por John Major, o sucessor tory de Margaret Thatcher, uma convicta eurocética, em particular porque considerava que, com a unificação da Alemanha, o poder alemão pretendia utilizar o projeto da União Europeia para controlar a Europa, com o apoio da França. Para Thatcher, o eixo franco-alemão estabelecido pelo governo François Mitterrand e Helmut Kohl era,

de facto, menos uma aliança entre iguais do que a expressão de que a França precisava secundar a Alemanha para manter importância no concerto europeu, ao mesmo tempo que a Alemanha precisava da França para passar a impressão de que não atuava isoladamente como o poder preeminente na Europa.

Por sua vez, França e Alemanha desconfiavam de Thatcher e da Grã-Bretanha, mas, durante o governo John Major, a desconfiança foi relativamente ultrapassada, por causa das guerras da ex-Yugoslavia que dominaram a política externa da Europa na altura. A desconfiança franco-alemã em relação à Grã-Bretanha regressou, porém, em força com a crise da guerra do Iraque, quando o governo Tony Blair apoiou a administração George Bush ‘contra a Europa’, na visão do Presidente Jacques Chirac e do Chanceler Gerhard Schröder. Na verdade, a versão do eixo franco-alemão personalizada por Chirac e Schröder pretendeu resgatar o discurso da ‘Europa europeia’, como se a Europa fosse agora um poder intermédio entre os Estados Unidos e o mundo global, ou mesmo como se ‘a Europa’ – que era evocada, naqueles anos, como uma espécie de sinédoque da França e da Alemanha – fosse a garantia da legitimidade multilateral contra o que era enfaticamente condenado como unilateralismo e militarismo americano.

Na verdade, Tony Blair, afirmou, da forma mais dramática, a ‘relação especial’ com a América, mas, ao contrário de Margaret Thatcher, o objetivo de Tony Blair era afirmar a posição da Grã-Bretanha na liderança da Europa. Nesta leitura, a motivação fundamental para Tony Blair, na aliança com o governo Bush para a intervenção militar no Médio Oriente, é melhor observada como a convicção de que a Europa precisa responder aos novos desafios da segurança no século 21 que não são mais fundados na defesa das fronteiras da Europa, como aconteceu, na Guerra Fria, em relação aos soviéticos. No novo contexto estratégico, o colapso geopolítico do vizinho Médio Oriente bate literalmente à porta da Europa. A França e a Alemanha, ao contrário, por detrás da retórica sobre multilateralismo e a recusa da participação da NATO na intervenção no Iraque, em 2003, pretendiam fundamentalmente manter a segurança da Europa nas costas dos Estados Unidos. Mas, ao mesmo tempo, consideravam que ameaças estratégicas para além das fronteiras da Europa são um problema dos Estados Unidos como única superpotência e que a América não pode arrastar a Europa para as suas investidas militares. Nesta perspetiva, a retórica sobre a legitimidade multilateral contra o unilateralismo foi muito mais uma forma de isolacionismo do que uma verdadeira convicção sobre o modelo de organização do sistema internacional no mundo global.

A ironia, conseqüentemente, é que Jacques Chirac e Gerhard Schroeder, como antes deles tinham feito, à sua maneira, Charles de Gaulle e Margaret Thatcher, promoviam uma divisão da Europa entre ‘ilha’ e ‘continente’, porque, no discurso que passavam para a opinião pública, apresentavam o governo Blair como um anexo insular americano. Ao contrário, foi Tony Blair que procurou romper com a divisão ‘ilha’ e ‘continente’, porque em vez de uma Europa de dois, constituída pela preeminência do poder alemão e francês, queria uma Europa de três, promovendo a visão britânica de um maior papel da Europa na segurança mundial. Mais uma vez, o que está em causa, desta forma, é que, em diferentes versões, euroceticismo britânico e desconfiança anti-britânica são os dois lados da relação da Grã-Bretanha com a integração europeia. Se a Grã-Bretanha era acusada de não ter verdadeira convicção do seu lugar na ‘família europeia’, o facto é que isolar a Grã-Bretanha era também uma parte fundamental da estratégia francesa e alemã de manter uma visão ‘continental’ do conceito de Europa e isto foi o que, em larga medida, esteve em causa na crise do Iraque.

A questão é que a Grã-Bretanha é ‘global’ desde o século 16. A perspetiva de Tony Blair de que as potências europeias não podem ter uma posição isolacionista, em relação às ameaças estratégicas do extremismo, é fundamentalmente dirigida aos perigos do paroquialismo europeu numa ordem mundial globalizada. Precisamente, cerca de uma década mais tarde, a pretensão de que a Europa se podia manter fora dos conflitos do Médio Oriente foi destruída pelo Estado Islâmico, sobretudo com os ataques terroristas na França, destinados a criar, em particular, a impressão de que Paris, um ícone ocidental da celebração da vida e do cosmopolitismo, se tornou uma cidade com medo do mundo. Este confronto entre paroquialismo e o lugar da Europa num mundo global sem segurança é uma razão crucial do processo que conduziu ao Brexit, com a recente decisão, no referendo de 23 de Junho último, de a Grã-Bretanha sair da União Europeia, embora numa margem estreita de 3,78%, com 51,89% pela saída e 48,11% pela permanência.

A apaixonada campanha que precedeu o referendo incluiu muitos livros publicados, a favor e contra a Grã-Bretanha deixar a União Europeia. É o caso do livro de Brendan Simms, um historiador e professor da Universidade de Cambridge, defendendo a necessidade de o Reino Unido se manter na União Europeia. O principal ponto do argumento é que, em sucessivas momentos da história, o objetivo da Grã-Bretanha foi impedir que um só poder tentasse controlar a Europa, de acordo com o que referi mais acima. Conseqüentemente, na leitura de Simms, o papel britânico

foi indispensável para manter a própria existência da Europa, de modo que a permanência da Grã-Bretanha na Europa unificada é, em particular, necessária como travão ao desenvolvimento de ambições hegemónicas no continente, sob o manto do federalismo. Repare-se que Simms utiliza um central argumento anti-federalista dos adeptos da saída, para justificar um argumento a favor da permanência.

O problema com esta visão, porém, é que a Grã-Bretanha lutou, em diferentes períodos históricos, contra regimes que pretendiam dominar o conjunto da Europa, não porque a Grã-Bretanha queria um lugar no compacto europeu, mas justamente porque essas ambições hegemónicas pretendiam incluir a Grã-Bretanha à força em projetos de poder que aniquilavam a posição britânica no mundo como um poder para além da Europa. Por outro lado, a questão-chave, para os apoiantes do Brexit, de que as leis britânicas têm que ser decididas pelos próprios britânicos e não como determinações supranacionais de Bruxelas, ou do tribunal europeu no Luxemburgo, foi sobretudo marcado pelo tema do controle das próprias fronteiras e a questão da imigração em particular. Os contingentes de imigrantes dos países do Leste europeu membros da União Europeia, aproveitando as leis de livre circulação, foram especialmente evocadas nesta discussão. Mas o que sobretudo contribuiu para agravar o debate foi a política europeia para os refugiados, na sequência da determinação, em larga medida unilateral, do governo da chanceler alemã Angela Merkel, em Setembro de 2015, de abrir as portas da Alemanha e da Europa a refugiados da guerra civil da Síria. A decisão foi justificada como um dever humanista e uma exigência moral, segundo esse discurso, dos ‘princípios e valores da Europa’. Na realidade, o processo transformou-se, rapidamente, numa massiva e desordenada onda de pessoas, com origem no Médio Oriente e no espaço muçulmana em geral, passando da Turquia para a Grécia de barco e atravessando, depois, os Balcãs a pé. A multidão incluía, em particular, iraquianos, iranianos, paquistaneses e afegãos, entre os quais os sírios estavam, de facto, em minoria, mas todos pretendiam ser refugiados e não apenas pessoas que aproveitavam que a porta da Europa se abriu. Por sua vez, os media ocidentais, com recursos de alta tecnologia, transmitiam e magnificavam a jornada em tempo real, como se fosse a história ao vivo de uma travessia de proporções épicas, por parte dos destituídos da ordem mundial, num exemplo particularmente marcado da mistura entre hipermodernismo e primitivismo que, a vários níveis, caracteriza o mundo de hoje.

Como a avalanche de pessoas se dirigia, maioritariamente, rumo à Alemanha, respondendo à exortação de Angela Merkel para virem, isto implicou a suspensão,

na prática, da Regulação de Dublin, segundo a qual estrangeiros que pedem asilo na União Europeia precisam fazer esse pedido no país de chegada, sendo deportados se o tentarem fazer noutro país. Depois de Merkel declarar, em Setembro de 2015, que recebia todos os refugiados que aparecessem, o Vice-Chanceler Sigmar Gabriel acrescentou que a Alemanha poderia receber um milhão de refugiados por ano durante dez anos. Isto, obviamente, excitou o ânimo de partida, em países que consideram a Alemanha o paraíso do consumo e da segurança social do primeiro mundo. Uma vez que o governo social-democrata da Suécia, que corresponde também a este imaginário de bem-estar e proteção social, disse algo semelhante, acentuou também o objetivo de chegar à Escandinávia. Deste modo, não só a maior parte do contingente de refugiados não eram sírios, mas, mesmo entre estes, muitos não eram refugiados e desalojados, em sentido próprio, vivendo em áreas controladas pelo governo Assad, onde não havia combates. No entanto, agarrando a oportunidade, puseram-se a caminho também. Em alguns meses, a Alemanha recebeu praticamente um milhão de refugiados e, hoje, menos de um ano depois, o discurso alemão mudou substantivamente. Isto inclui a nova alegação de que, na realidade, tratou-se apenas de um convite temporário, de modo que, quando a situação nos países de origem melhorar, os refugiados terão de regressar. Para além das questões económicas e políticas, a crise dos refugiados abriu também uma fundamental crise geopolítica que, até este momento, pode ser observada a três níveis.

Em primeiro lugar, a ‘rota balcânica’ seguida pelos refugiados significa que um canal direto foi aberto entre a Europa e a implosão do Médio Oriente, a guerra da Síria em particular. O que era para ser, alegadamente, uma medida humanitária para refugiados da guerra da Síria criou uma deslocação de população da Ásia para a Europa, tornando a Europa não um porto de refúgio, mas – um aspeto que tem sido expressivamente negligenciado nas análises políticas da situação – parte dos conflitos do Médio Oriente. A ironia é que se, na crise do Iraque, o objetivo europeu era fechar a porta da Europa, em relação ao problema estratégico do Médio Oriente, agora a Europa abriu a porta sem estratégia. Isto forçou a União Europeia a fazer um acordo de, reportadamente, três bilhões de euros com o governo do presidente Recep Tayyip Erdogan da Turquia para parar a onda de refugiados. Por detrás da retórica de que o dinheiro serve para financiar incentivos para a permanência dos refugiados em solo turco, na verdade, isto significa que a democrática União Europeia passou a pagar os serviços do autoritário regime turco para controlar e reprimir pessoas, aniquilando, na prática, o argumento humanista de proteger e respeitar a

dignidade dos refugiados.

De resto, isto teve lugar, logo de início, pelo facto de que a decisão da Alemanha fundamentalmente alimentou a máfia do tráfico de pessoas, com os riscos de segurança na travessia do mar Egeu em embarcações inadequadas e superlotadas. E esta máfia inclui, inerentemente, a polícia de fronteira turca e, em geral, o vasto sistema de corrupção do estado turco, de modo que, em certa medida, as forças que vão impedir os refugiados de entrarem na Europa são as mesmas que os transportavam para lá. Além de tudo, o acordo com a Turquia mantém a União Europeia sob a chantagem do regime de Erdogan que, sentindo-se contrariado pelos europeus, no que respeita aos avanços do autoritarismo do seu governo contra a cada vez mais frágil democracia turca, pode, como o próprio Erdogan declarou, abrir, outra vez, a comporta dos refugiados rumo à Europa.

Por outro lado, uma preocupação central na política externa alemã, desde a Ostpolitik, nos anos 1970, no tempo do chanceler Willy Brandt, são os vizinhos alemães do antigo bloco de Leste, a fim de suplantar os ressentimentos históricos, em relação à agressão da Segunda Guerra e, sobretudo, no contexto de hoje, para diminuir as desconfianças, nesses países, desde o fim da Guerra Fria, por parte de diferentes forças políticas e não apenas setores conservadores, acerca da intenção alemã de retomar ambições hegemónicas para fazer da Europa Central um quintal alemão. Na verdade, o governo da Chanceler Angela Merkel, com a tentativa de imposição de quotas para receber refugiados, alimentou precisamente este clima de suspeição, por parte dos governos da Hungria, Polónia, República Checa e Eslováquia, sobre a vontade alemã de, supostamente, tentar, mais uma vez, definir e comandar a soberania desses países, sob a capa da União Europeia e do que muitos consideram uma repaginação às pressas da imagem da Alemanha como campeã do humanismo global.

O terceiro efeito da forma como o governo Merkel obliterou, com a questão dos refugiados, a clássica e sóbria *realpolitik* alemã foi o próprio Brexit. A exploração que a campanha dos partidários da saída da Grã-Bretanha fez das imagens de ondas de refugiados a entrarem pelas fronteiras da Europa foi objeto de uma intensa acusação, por parte da campanha contrária, de sensacionalismo e de colocar intencionalmente o problema fora do contexto. A imagem que se tornou emblemática da campanha mostrava uma gigantesca massa de refugiados junto de uma fronteira, com o slogan *Breaking Point*, ‘o ponto de rutura’ para a pressão de toda aquela gente, em breve, colocar, alegadamente, a fronteira abaixo. O slogan pretendia dizer que o fim da União Europeia estava traçado pela irresponsabilidade no controle das suas próprias

fronteiras. Na verdade, o efetivo ponto de rutura acabou por ser, afinal, os menos de 4% de eleitores britânicos que votaram pelo sim. O que isto quer dizer é que sem a abrupta, caótica e mal explicada política de refugiados que a Alemanha patrocinou, dificilmente os apoiantes do Brexit teriam ganho o referendo.

Neste sentido, a Batalha da Grã-Bretanha, entre Julho e Outubro de 1940, foi um dos combates emblemáticos da Segunda Guerra Mundial, quando o governo de Hitler pretendeu abrir o caminho para a invasão da Grã-Bretanha, através da guerra aérea contra as cidades britânicas. A importância da Batalha da Grã-Bretanha, na qual a RAF britânica derrotou a Luftwaffe, é que não interrompeu o avanço da máquina de guerra alemã no continente, mas, ao mesmo tempo, foi a semente da futura derrota e descalabro do poder alemão. Hitler perdeu a guerra, a partir do momento que perdeu a Batalha da Grã-Bretanha. A questão irónica é que, por causa da sua inábil e tortuosa política para os refugiados da área muçulmana, Angela Merkel perdeu a Grã-Bretanha para a Europa.

A crise dos refugiados tomou forma imediatamente depois da crise do resgate da Grécia, o país que se tornou também a linha da frente na entrada de refugiados. Com a imposição de uma severa política de austeridade para a dívida grega, Angela Merkel foi acusada, pelo governo de extrema-esquerda em Atenas e pela voz pública europeia, um pouco por toda a parte, de destruir a sociedade grega e, em geral, de aniquilar, com a imposição de políticas fiscais draconianas, a recuperação das economias da Europa do Sul. De repente, porém, o governo Merkel passou a patrocinar uma situação de sinal absolutamente contrário, agora com o aplauso dos grupos liberais e progressistas contra o que se definiu como a expansão das forças do nacionalismo xenófobo e anti-globalista na Europa. O problema é que a política europeia para os refugiados não pode ser uma espécie de potlatch para destruir riqueza, neste caso, em particular, as riquezas da segurança e da posição que a Europa poderia ter e não tem na condução da política mundial. A crise dos refugiados lançou a Europa num perigoso paroquialismo, porque a resposta à desintegração do Médio Oriente que ameaça desmoronar sobre o mundo europeu acabou por encorajar forças de desintegração na própria Europa, incluindo o estímulo eleitoral da extrema direita que pode ser, no fim, a principal beneficiária do potlatch alemão.